

STJ00098212

FLAVIA FOZ MANGE

Doutora em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo.

Pesquisadora visitante na Harvard Law School. LL.M. pela NYU.

Mestre em Direito Internacional e bacharel pela Universidade de São Paulo. Advogada em São Paulo

PROCESSO ARBITRAL

ASPECTOS TRANSNACIONAIS

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, verão de 2014
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical: Tarsila Nascimento Marchetti

Capa: Eduardo Nallis Villanova

**MANGE, Flavia Foz. Processo Arbitral: Aspectos
Transnacionais. São Paulo: Quartier Latin, 2013.**

ISBN 85-7674-697-2

1. Arbitragem. 2. Processo Arbitral. 3. Direito Transnacional.
I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Arbitragem
2. Brasil: Processo Arbitral
3. Brasil: Direito Transnacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Prefácio.....	13
Lista de Definições e Abreviações	17
INTRODUÇÃO.....	23
1. Delimitação do objeto de estudo.....	25
2. Apresentação e importância do problema	30
3. Estrutura da obra	33
PROLEGÔMENOS.....	37
1. Distinção entre arbitragem estrangeira e arbitragem internacional.....	39
2. Distinção entre lei de arbitragem e lei processual aplicável à arbitragem (ou normas processuais aplicáveis à arbitragem)	40
3. Esclarecimentos sobre o conceito de fontes normativas	41
PRIMEIRA PARTE – PROBLEMATIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	43
I. Casos que exemplificam o tema em análise.....	47
I.1. Discussões no judiciário sobre a lei processual aplicável ao procedimento arbitral	47
I.1.1. Exigência de aplicação das leis processuais domésticas na condução do procedimento arbitral	48
I.1.2. Reconhecimento da inaplicabilidade das leis processuais domésticas no procedimento arbitral	49
I.1.3. Situações sem paralelo na lei processual doméstica	50
I.2. Discussões na arbitragem sobre a lei processual aplicável	54
I.2.1. Inaplicabilidade das leis domésticas sobre produção de provas.....	54
I.2.2. Realização de análise comparativa para determinar questões processuais	55
I.3. Síntese e tendências constatadas.....	57
II. Evolução da lei processual aplicável à arbitragem	59
II.1. A lei processual aplicável à arbitragem nos instrumentos internacionais... 59	
II.1.1. Evolução histórica dos instrumentos internacionais	59
II.1.2. Síntese: o declínio da aplicação da lei processual do local da realização da arbitragem e a consolidação da autonomia das partes e, subsidiariamente, dos árbitros para estabelecer normas procedimentais.....	73

II.2. A lei processual aplicável à arbitragem nas legislações nacionais.....	74
II.2.1. A lei modelo da UNCITRAL	75
II.2.2. A legislação brasileira.....	80
II.2.3. Exemplos de outros sistemas jurídicos	84
a) Suíça	84
b) Reino Unido.....	85
c) França.....	87
II.2.4. Síntese e análise comparativa: a consolidação da autonomia da vontade das partes e, subsidiariamente, dos árbitros para estabelecer normas procedimentais nas legislações nacionais	89
II.3. A lei processual aplicável ao procedimento arbitral nos regulamentos de arbitragem	89
II.3.1. Regulamento da UNCITRAL	90
II.3.2. Regulamentos das instituições arbitrais internacionais	92
a) Regulamentos da CCI.....	92
b) Regulamentos da international center of dispute resolution.....	96
c) Regulamentos da London Court of International Arbitration	98
II.3.3. Regulamentos de instituições brasileiras	100
a) Regulamentos da CCBC.....	101
b) Regulamentos da CMA-SP.....	102
c) Regulamentos da Câmara FGV	103
II.3.4. Síntese e análise comparativa dos regulamentos: a consolidação da autonomia processual da arbitragem e do poder normativo dos árbitros	104
III. O direito transnacional e sua aplicação ao processo arbitral	105
III.1. Direito transnacional.....	106
III.2. O direito transnacional no âmbito arbitral	113
SEGUNDA PARTE – QUADRO REGULATÓRIO DO PROCESSO ARBITRAL.....	123
IV. Normas nacionais e supranacionais	127
IV.1 Os poderes normativos conferidos às partes e aos árbitros para estipular questões procedimentais	127
IV.1.1. As normas nacionais e supranacionais reconhecem a autonomia das partes para determinar o processo arbitral	128
IV.1.2. As normas nacionais e supranacionais conferem, subsidiariamente, poderes normativos aos árbitros para estipular o procedimento arbitral .	132
IV.2. As normas nacionais e supranacionais impõem limites aos poderes normativos das partes e dos árbitros	135
IV.2.1. Respeito ao devido processo legal	135
IV.2.2. Observância de normas de caráter mandatário	137
IV.3. As normas nacionais e supranacionais exigem o respeito ao que foi acordado pelas partes	138

IV.4. Síntese: as normas nacionais e supranacionais contêm uma regulamentação processual mínima	139
V. Normas estipuladas pelas partes	141
V.1. A convenção de arbitragem	141
V.2. Os regulamentos institucionais.....	145
V.2.1. Natureza dos regulamentos de arbitragem.....	146
V.2.2. Normas sobre questões processuais nos regulamentos de arbitragem:	
análise evolutiva e comparativa	147
a) Regulamento de Arbitragem da CCI	148
b) Demais regulamentos internacionais.....	158
c) Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL de 1975 e de 2010	163
d) Os regulamentos nacionais.....	166
V.3. Manifestação das partes sobre questões procedimentais no curso da arbitragem.....	171
V.4. Síntese: supremacia da vontade das partes	174
VI. Normas transnacionais	175
VI.1. A convivência de diferentes culturas jurídicas no processo arbitral.....	175
VI.1.1. As famílias de <i>common law</i> e <i>civil law</i>	176
VI.1.2. Caracterização dos sistemas adversarial e inquisitorial.....	177
VI.1.3. Impacto das diferentes culturas jurídicas na formação de um processo arbitral.....	178
a) O papel do árbitro	178
b) O papel do advogado.....	179
c) Importância das peças escritas e dos documentos <i>versus</i> importância da fase oral.....	179
d) Produção de documentos	180
e) A importância da audiência e as testemunhas.....	182
f) A sentença	184
VI.2. A autonomia promoveu o surgimento de uma prática processual arbitral	184
VI.3. Caracterização da prática processual arbitral	187
VI.3.1. A prática processual é diversa daquela dos sistemas nacionais	188
VI.3.2. Características da prática processual arbitral: não exaustiva e dinâmica ..	190
VI.4. Síntese: há uma crescente harmonização da prática processual arbitral ...	191
VII. Normas não estatais	193
VII.1. Emergência de normas não estatais.....	193
VII.1.1. Legitimidade das normas não estatais.....	195
a) Atuação conjunta da comunidade arbitral na criação de normas não estatais	195
b) Conteúdo: codificação das melhores práticas ou estabelecimento de uma prática?.....	197

VII.1.2. Vantagens e desvantagens da existência de normas não estatais	198
a) Vantagens da utilização de normas não estatais	198
b) Desvantagens da utilização de normas não estatais	200
VII.2. Análise exemplificativa das normas não estatais	201
VII.2.1. Normas não estatais disponíveis no âmbito internacional	202
a) Normas sobre provas e documentos.....	204
b) Normas sobre ética e conflito de interesses	210
VII.2.2. Normas não estatais disponíveis no âmbito brasileiro	215
VII.3 Síntese: normas não estatais promovem o conhecimento da prática arbitral	217

**TERCEIRA PARTE – NECESSIDADE DE ATUAÇÃO ATIVA NA ARBITRAGEM
(CASE MANAGEMENT EFETIVO)..... 219**

VIII. Normas *in concreto* 223

VIII.1. A necessidade de uma atuação ativa das partes e dos árbitros para estabelecer normas para a condução do procedimento.....	223
VIII.1.1. A preocupação com a condução do procedimento	224
VIII.1.2. Discussão sobre a conveniência de realizar conferências preparatórias e estabelecer normas processuais.....	228
VIII.2. Análise dos principais pontos a ser discutidos e acordados com as partes na condução do procedimento	231
VIII.2.1. Proposta de lista de verificação de questões processuais na arbitragem Lista de verificação de questões processuais	232
VIII.2.2. Análise dos itens da lista de verificação.....	236
VIII.3. Síntese: cresce a importância da regulamentação <i>in concreto</i>	260

CONCLUSÃO 261

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 264

1. Obras	264
2. Documentos e convenções internacionais.....	276
3. Legislação	287
Lista de Apêndices	289
Apêndice A – Pesquisa sobre procedimento arbitral.....	290
Apêndice B – Quadro comparativo sobre questões procedimentais nos regulamentos de arbitragem brasileiro	301
Apêndice C – Quadro comparativo entre as Notas da UNCITRAL e as Técnicas da CCI.....	312
Apêndice D – Lista de verificação de questões processuais	317